

EDITAL Nº 29 /2020

**DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL EM TERRENOS CONFINANTES A EDIFÍCIOS E
DE PROTEÇÃO AOS AGLOMERADOS POPULACIONAIS
(Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho)**

Jorge Manuel Fernandes de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos:
TORNA PÚBLICO QUE, com o intuito de promover o cumprimento das medidas e ações previstas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios de acordo com o preceituado no n.º 2, n.º 10 e n.º 13 do artigo 15.º do decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, bem como, para promover o cumprimento das medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID -19, nos termos do disposto do artigo 17.º do decreto-lei 10-A/2020, de 13 de março, alterado pelo decreto-lei n.º 12-A/2020, de 6 de abril, **até 30 de abril de 2020**, os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham:

1. Terrenos confiantes a edifícios inseridos em espaços rurais são obrigados a proceder à **gestão de combustível numa largura de 50 metros**, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, mato e pastagens **ou, numa largura de 10 metros** quando a faixa abranja exclusivamente terrenos com outras ocupações;
2. Terrenos inseridos em aglomerados populacionais ou que tais aglomerados populacionais sejam confinantes com espaços florestais, e previamente definidos no Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios, são obrigados a proceder à gestão de combustível, **numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100 metros**, caso outra amplitude não ser definida nos respetivos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios;
3. Parques de campismo, parques e polígonos industriais, plataformas de logística e aterros sanitários inseridos ou confinantes com espaços florestais previamente definidos no Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios, são obrigados proceder à gestão de combustível, **numa faixa envolvente com uma largura mínima não inferior a 100 metros**.

Para procederem à gestão de combustível deverão ser cumpridos os critérios do anexo à legislação acima indicada, o qual se reproduz na íntegra, no Anexo I do presente edital.

O não cumprimento do disposto de acima referido constitui contraordenação punível com coima de 140 € a 5000 €, quando praticada por pessoa singular e 1500 € a 60 000 € no caso de pessoas coletivas, nos termos do disposto do artigo 38.º do decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual.

Para constar se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

Figueiró dos Vinhos, 14 abril 2020

O Presidente da Câmara Municipal



Jorge Manuel Fernandes de Abreu



Anexo I

CRITÉRIOS PARA A GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS NO ÂMBITO DAS REDES SECUNDÁRIAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

"I. Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível envolventes aos edifícios, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas, aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não integrados em áreas agrícolas, com exceção das áreas de pousio e de pastagens permanentes, ou de jardim, aplicam-se os seguintes critérios:

a) No estrato arbóreo a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50 /prct. da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 /prct. da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;

d) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

II. No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, ainda que das espécies previstas na alínea a) do n.º I, deve ser garantida na preservação do arvoredo o disposto no número anterior numa faixa correspondente à projeção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada lado.

III. Nas faixas de gestão de combustíveis envolventes aos edifícios devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

1 - As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.

2 - Excecionalmente, no caso de arvoredo de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a

descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.

3 - Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

4 - Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrados de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

IV. No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredo classificado de interesse público, zonas de proteção a edifícios e monumentos nacionais, manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico ou manchas de arvoredo e outra vegetação protegida no âmbito da conservação da natureza e biodiversidade, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de gestão da Rede Natura 2000, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

V. A aplicação dos critérios estabelecidos nos pontos anteriores pode ser excecionada mediante pedido apresentado pela entidade responsável pela gestão de combustível, quando da aplicação dos mesmos possa resultar um risco significativo e fundamentado para a estabilidade dos solos e taludes de vias rodovias ou ferroviárias, através de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das infraestruturas."